

Ciência e Natura

ISSN: 0100-8307

cienciaenaturarevista@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria

Brasil

Sangalli, Adriana Rita; Schlindwein, Madalena Maria; Camilo, Leandro Renne
Produção e geração de renda na agricultura familiar: um diagnóstico do assentamento
rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul
Ciência e Natura, vol. 36, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 180-192
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=467546173012>

Produção e geração de renda na agricultura familiar: um diagnóstico do assentamento rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul

Production and income generation in the family farm: a diagnosis in the of Lagoa Grande rural settlement in Dourados, in the of Mato Grosso do Sul state

Adriana Rita Sangalli¹, Madalena Maria Schlindwein², Leandro Renne Camilo³

^{1,2,3}Universidade Federal da Grande Dourados, MS, Brasil

Resumo

Viver e criar estratégias de subsistência para permanecer nos lotes em assentamentos rurais, em terras pouco produtivas, distantes dos centros urbanos e carentes de infraestrutura de serviços básicos, tem sido um grande desafio para os agricultores familiares em todo o Brasil, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Nesta perspectiva, este estudo objetivou identificar os principais fatores relacionados às atividades produtivas e à geração de renda no assentamento rural Lagoa Grande, localizado no município de Dourados (MS). A metodologia utilizada constou de uma pesquisa de campo, com a realização de coleta de dados por meio de um Censo, com a aplicação de questionários aos moradores dos lotes do assentamento. Este diagnóstico identificou a necessidade de maior diversificação nas atividades produtivas, de correção do solo, de reforma das pastagens e assistência técnica, bem como a necessidade de melhoria das condições de transporte, de gestão das propriedades, de conhecimento de políticas públicas e alternativas geradoras de renda, a fim de proporcionar produção satisfatória e, dessa forma, evitar o abandono dos lotes por parte dos assentados.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Assentamentos rurais; Economia rural.

Abstract

Live and create livelihood strategies to stay in lots in rural settlements, on land of poor productivity, far from urban centers, lacking basic infrastructure services, has been a major challenge for farmers in Brazil, especially in the of Mato Grosso do Sul (MS) State. In this perspective, this study aimed to identify the major factors related to productive activities and income generation in Lagoa Grande rural settlement, in the Dourados City (MS). The methodology consisted of a field survey, with the completion of data collection through a census, with questionnaires to residents of lots of seating. This analysis identified the need for greater diversification in productive activities, soil amendment, reform of pastures and technical assistance, as well as the need to improve the conditions of transport, management of properties, knowledge of public policy and alternative generating income in order to provide satisfactory production and thus avoid abandonment of lots by the settlers.

Keywords: Family Farming; Rural Settlement; Rural Economy.

1 Introdução

A utilização de terras para a produção de alimentos, a fim de sanar a fome da população mundial, tem sido alvo de pesquisas e discussões em várias áreas acadêmicas. A Food and Agriculture Organization of the United Nations for a World Without Hunger - FAO (2012) considera a agricultura familiar como um poderoso segmento da sociedade, que pode garantir a segurança alimentar da população mundial na atualidade e, principalmente, das futuras gerações. Para esta Organização, o fortalecimento da agricultura familiar é a chave para reduzir a fome e a pobreza, desde que o pequeno produtor tenha acesso à terra, água, mercados, tecnologias e crédito.

Ao Estado compete analisar e implementar políticas agrícolas e de segurança alimentar que influenciem a ocupação da terra, considerando a demografia, os movimentos populacionais e as áreas improdutivas. Além disso, melhorar as condições de manejo, produção e comercialização, as redes financeiras rurais, o acesso aos insumos, serviços agrícolas, mercados e às pesquisas (Barbieri, 2011).

Guilhoto (2005) observa que, assim como no Brasil, nos Estados Unidos os agricultores familiares são dependentes de apoio governamental, com políticas de crédito e pesquisas agropecuárias direcionadas aos sistemas de menor escala, assistência técnica, acesso à terra, apoio ao cooperativismo e à educação, para que possam sair da pobreza e alcançar a classe média.

De acordo com Manzanal & Schneider (2011, p.51): “Foi na primeira metade da década de 1990 que a noção de agricultura familiar se firmou no Brasil como uma categoria política, sendo rapidamente assimilada por estudiosos e responsáveis pelos projetos políticos”. Os autores apontam três principais fatores que legitimaram a agricultura familiar no país: a recuperação da força política do movimento sindical e dos trabalhadores rurais durante a década de 1990, a criação, em 2006, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e da Lei da Agricultura Familiar.

Para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2012), a agricultura familiar é responsável por mais de 80,0% da ocupação no setor rural do Brasil, gerando sete de cada dez empregos no campo e em torno de 40,0% da produção agrícola. A maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros, na atualidade, é oriunda dos pequenos lotes. Essa modalidade de agricultura favorece a utilização de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

Apesar de sua importância, a agricultura familiar encontra obstáculos que limitam o seu desenvolvimento, principalmente a escassez de terra, a falta de assistência técnica e a insuficiência de recursos financeiros. Esses fatores limitam o alcance do padrão tecnológico necessário para tornar esse segmento competitivo (Souza et

al., 2011). Esses obstáculos são ainda mais evidentes nos assentamentos rurais de reforma agrária.

Os objetivos dos projetos de reforma agrária devem observar os fatores que afetam o desenvolvimento das famílias assentadas, tais como: a fertilidade dos solos, relevo, localização, água, dimensão, armazéns, máquinas e equipamentos, instalações, agroindústrias, sistema de produção adotado, crédito, assistência técnica e o acesso aos serviços básicos (educação, saúde e moradia). A interação entre estes fatores é determinante no desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos (Bittencourt, 1998).

Muitos assentamentos são instalados em locais sem boas condições de solos, água e acesso ao mercado consumidor, tornando-se dependentes de políticas públicas para a fixação dos assentados. Para Valadares et al. (2011, p. 136): “É condição imprescindível à formação das políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento rural, o aprimoramento constante das informações relativas aos modos de vida e produção da população do campo”. Somente com o acompanhamento e suporte do Estado, principalmente na divulgação e incentivo à participação das políticas públicas aos assentados, é possível proporcionar-lhes perspectiva futura e qualidade de vida em seus assentamentos.

Após conquistarem a terra, os assentados defrontam-se com novas incertezas, expectativas e desafios quanto às organizações econômica e social nos assentamentos e em relação à sociedade como um todo. Muitas famílias nem sequer possuem os meios básicos para os trabalhos mais simples das lidas do campo, algumas ferramentas essenciais como a enxada, o facão e demais instrumentos elementares são precários e, ainda, a falta de crédito adequado, sementes e orientação técnica, tornam impossível a sobrevivência das famílias isoladas (Valadares et al., 2011).

Neste sentido, este estudo objetivou identificar os principais fatores relacionados às atividades produtivas e à geração de renda no assentamento rural Lagoa Grande, localizado no município de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

1.1 Agricultura familiar e as atividades produtivas em assentamentos rurais

A agricultura familiar se articula de diferentes formas e intensidades entre seus elementos: família, terra e trabalho, adaptando-se a diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Conforme Guilhoto et al. (2006, p. 2): “(...) o setor agropecuário familiar faz parte da história do Brasil e da própria humanidade. Sua influência foi reduzida ao longo dos séculos devido ao desenvolvimento tecnológico do próprio setor agropecuário e dos outros setores produtivos da economia”.

Para Carmo & Comitre (2011, p.450): “A potencialidade técnica dos agricultores familiares em seus diferentes matizes, coloca a necessidade de políticas diferenciadas,

concebidas em um processo interativo junto aos agricultores nas suas regiões produtoras". Neste contexto, figuram os assentamentos de reforma agrária, pensados a partir da agricultura familiar, resultantes de um processo social e econômico com possibilidades de desenvolvimento rural, porém com alto grau de dependência de políticas públicas para sobreviverem e progredirem.

O termo "assentamento" surgiu, inicialmente, no vocabulário jurídico e sociológico da reforma agrária da Venezuela, em 1960, difundindo-se para outros países. Pode ser definido como a criação de novas unidades de produção agrícola, através de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra, a fim de beneficiar trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (Bergamasco & Norder, 1996).

O estado de Mato Grosso do Sul possui 203 projetos de assentamentos rurais federais, onde residem um total de 43.174 famílias, em uma área de 697.688 hectares. Estes assentamentos estão presentes em 54 dos 78 municípios do estado (INCRA, 2012). Conforme Andrade (1998), o projeto de assentamento demarca o fim de um ciclo e o início de outro. Trata-se de um processo de transformação pelo qual famílias de trabalhadores rurais têm a oportunidade de desenvolver seus projetos de vida, mudando seus destinos e resolvendo o problema da própria sobrevivência.

A modernização da economia e as exigências dos mercados consumidores obrigam famílias assentadas a tornarem-se mais eficientes nos processos produtivos, reduzindo custos e melhorando a qualidade, no entanto, o porte reduzido das unidades de produção familiares limita a produção em maior escala, tornando ainda mais importante o agrupamento das famílias agricultoras em cooperativas, associações ou outras formas de interação (Vilpoux & Oliveira, 2011).

Tarsitano et al. (2011) destacam que é papel dos técnicos a socialização de tecnologias apropriadas, especialmente em Associações, Cooperativas ou grupos informais, que são mediadores na busca de melhorias tecnológicas, gerenciais ou de outra natureza. Neste sentido, Castro et al. (2010), buscando caracterizar a atividade leiteira no assentamento Lagoa Grande, em Dourados-MS, detectaram, a partir de indicações dos assentados, a predominância de pastagens degradadas e falta de acompanhamento técnico qualificado e em quantidade adequada, fatores que limitam o desenvolvimento da atividade leiteira no assentamento.

Verifica-se, portanto, a necessidade de um planejamento adequado na criação dos projetos de assentamentos que sejam estruturados. Para tanto, tornam-se necessários levantamentos em relação à fertilidade do solo, acesso a mercado consumidor e disponibilidade de serviços de saúde e educação próximos ou mesmo nestes locais, a fim de proporcionar qualidade de vida mínima aos assentados.

1.2 Desenvolvimento rural e políticas públicas

O modelo atual de desenvolvimento econômico tem sua base em variáveis pouco eficazes para proporcionarem um crescimento socialmente justo e bem distribuído territorialmente (Lima Filho, 2011). Para Sen (2000), o desenvolvimento acontece à medida que o indivíduo aumenta a sua capacidade de fazer escolhas, ampliando o seu direito de liberdade. Essas capacidades estão ancoradas na formação de valores individuais e podem ser aumentadas pelas políticas públicas, sustentadas pelas instituições sociais.

A reforma agrária é um processo estratégico para o desenvolvimento econômico e social sustentável, que transforma o meio rural e viabiliza a expansão das capacidades dos trabalhadores rurais sem-terra (Leite, 2007). A redistribuição de terras e o assentamento de colonos eleva a oferta de alimentos e matérias primas para o meio urbano, no entanto não se trata de um único mecanismo que reduz a pobreza no meio rural. É imprescindível a adoção de medidas complementares como o crédito, a extensão rural e a melhoria da infraestrutura (Souza, 2009).

Bittencourt et al. (1998) destacam fatores que potencializaram o desenvolvimento de alguns assentados, tais como: área com melhor fertilidade, relevo, água, etc.; Como fatores que restringiram o desenvolvimento socioeconômico de alguns assentados, os autores destacam: solos fracos e falta de acesso à água para irrigação ou para o consumo dos animais; ausência de capital inicial ou abaixo da média; crédito agrícola mal utilizado; ausência de estradas até o lote ou sem condições de escoamento da produção; falta de experiência e de capacitação e doenças na família, que diminuíram a força de trabalho e aumentaram os gastos.

As políticas públicas para orientação dos sistemas produtivos nos assentamentos devem ser direcionadas e sustentadas nos seguintes eixos: fomento, extensão rural qualificada e em quantidade suficiente, investimento/ logística e segurança alimentar, dessa forma podem conduzir a um processo de desenvolvimento econômico democrático, com a participação dos assentados e suas organizações (Silva, 2012).

Nessa perspectiva, constata-se a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico dos assentamentos, via capacitação dos produtores, propondo alternativas sustentáveis e viáveis economicamente, conforme as especificidades locais.

A Lei nº 11.326 de 2006, criou a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, garantindo políticas específicas para o segmento e transforma o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF em política pública (BRASIL, 2012). Para Mattei (2005), o PRONAF é uma política pública que vem sendo aperfeiçoada para transformar-se num instrumento de atendimento que privi-

legie os agricultores familiares, tornando-os cidadãos.

Destaca-se, também, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - criado em 2003, que foi um marco na política agrícola brasileira. O Estado passou a participar do processo de comercialização da produção familiar em pequena escala, garantindo a aquisição dos produtos a preços justos e proporcionando segurança e incentivo à produção a agricultores de base familiar (Fuscaldi, 2010).

Para o MDS, o PAA trouxe a intervenção do Estado, a fim de configurar uma política pública que se preocupa com as questões sociais. Neste sentido, o PAA é uma das ações estruturadas em outro programa, o Fome Zero e tem os objetivos de promover o acesso a alimentos em quantidade, qualidade, regularidade necessária às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica, no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar (Brasil, 2011).

Verifica-se que o PAA tem um papel social de extrema importância no combate à pobreza, tanto no campo como na cidade. Trata-se de uma política pública que proporciona o fortalecimento e valorização da agricultura familiar regional, influenciando diretamente na permanência do agricultor no campo. O programa incentiva a diversificação produtiva por meio de suas modalidades e proporciona condições de mercado seguras, a preços justos, bem como força a união entre os pequenos produtores via associativismo ou cooperativismo, necessários para a comercialização dos produtos.

Também de grande importância para a agricultura familiar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que, conforme o Ministério da Educação, foi criado para estimular alimentação escolar dos alunos matriculados na educação básica em escolas públicas e filantrópicas, cujo objetivo é de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos (Brasil, 2012b).

O PNAE estimula as economias locais, possibilitando a diversificação produtiva e o aumento de renda dos agricultores familiares, com maiores alternativas de comercialização. Os alunos das escolas públicas ganham alimentos mais saudáveis, pois são da época da safra e das culturas regionais. O programa, além de fomentar a cadeia local, diminui a necessidade de armazenamento, industrialização e transportes distantes (Hendges, 2010).

Observa-se que os programas PRONAF, PAA e PNAE são políticas públicas que podem contribuir efetivamente na melhoria das condições de produção e renda na agricultura familiar.

2 Material e métodos

Para realizar este estudo e coletar os dados necessários à sua execução, optou-se, além de uma ampla pesquisa de revisão de literatura realizada em livros, periódicos, revistas especializadas, trabalhos científicos, entre outros,

por duas formas de pesquisa (documental e de campo).

A área geográfica do estudo refere-se ao assentamento rural Lagoa Grande, um projeto de assentamento federal (PA), criado pela Portaria INCRA nº 52 de 06/11/1997, por meio da desapropriação, via Decreto presidencial (INCRA, 2011). Está localizado às margens da Rodovia Dourados-Itahum, a cinco quilômetros do Distrito de Itahum, no município de Dourados, MS, e conta com 151 lotes distribuídos em uma área de 4.070,7679 ha.

A população foi estudada por meio de um censo realizado no assentamento Lagoa Grande. Conforme Vieira (2009, p. 16): “Denomina-se censo o conjunto de dados obtidos por meio de recenseamento. Os censos demográficos descrevem as características da população”.

Para a realização do censo no assentamento Lagoa Grande, foram realizadas visitas de março a dezembro de 2012, onde foram aplicados questionários socioeconômicos. Foram visitados 151 lotes, no entanto, foi possível entrevistar apenas os responsáveis pelas famílias residentes em 89 propriedades (58,9%). Nos lotes onde não foi possível aplicar os questionários, ocorreram, no mínimo, duas visitas, em diferentes datas, na tentativa de obter êxito.

Após a coleta de dados, as informações foram tabuladas e processadas, eletronicamente, utilizando-se o software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS. Posteriormente, foi realizada a análise dos dados obtidos. A análise e interpretação dos dados coletados foram realizadas conforme o método descritivo, utilizando-se, ainda, técnicas de análise tabular e gráfica.

3 Resultados e Discussões

Neste tópico são abordados os resultados e discussões referentes ao perfil demográfico e socioeconômico dos assentados, bem como as características dos lotes, as atividades produtivas e as fontes de renda.

3.1 Perfil demográfico e socioeconômico dos assentados

Foram entrevistados 89 chefes de família, ou responsáveis pelos domicílios, residentes nos lotes do assentamento Lagoa Grande, sendo 55,1% do sexo masculino e 44,9% do sexo feminino. A idade dos entrevistados variou de 14 a 85 anos, sendo que 30,3% encontram-se na faixa de idade entre 41 a 50 anos. Até 40 anos, destacam-se 25,8% e com mais que 50 anos totalizam 54%. A média de idade dos demais membros familiares, que totalizam um grupo de 213 assentados, é de 20,3 anos.

Verifica-se que o assentamento é composto de uma população jovem, onde se destaca a faixa etária de 11 a 20 anos, com 18,5% da população, e a faixa de 0 a 10 anos, com 9,9%, que juntos somam 28,4%. Sendo que, 39% da população possui até 30 anos de idade. Esta característica é muito importante para o futuro

do assentamento e aponta a necessidade de políticas públicas que envolvam a participação destes jovens, principalmente para conscientizá-los quanto ao papel deles no desenvolvimento do assentamento.

No que se refere à escolaridade, o nível é baixo, sendo que a maioria dos chefes de família ou responsáveis pelo domicílio (43,9%) possui apenas educação infantil incompleta (1º ao 5º ano), seguidos de 14% com ensino fundamental incompleto (6º ao 9º ano). Estas faixas também se destacam em relação aos demais membros familiares, com 30,1% com educação infantil incompleta, seguido do ensino fundamental incompleto, com 24,9%.

Observou-se, durante as entrevistas, que as famílias incentivavam seus filhos a estudarem. Entre os membros menores de 18 anos, em idade escolar, apenas um estava fora da escola. O número de universitários entre a população é pequeno (5,8%), desmotivado pelas dificuldades de transporte, tendo em vista que o ônibus municipal, que conduz os estudantes do assentamento para a Itahum (vila mais próxima), não transporta universitários. Estes jovens, que na maioria estudam no período noturno, se deslocam por conta própria até Itahum, onde um ônibus fretado os leva para as universidades, em Dourados. Este fato pode ser determinante para a saída dos jovens do assentamento, no intuito de continuarem estudando e buscarem melhores oportunidades no futuro. Essa realidade vai contra as necessidades da agricultura familiar, que é de manter a família no campo para o desenvolvimento das atividades (Bittencourt, 1998).

3.2 Características dos lotes e atividades produtivas

A área de cada lote do assentamento varia de 17 a 90 hectares, os quais possuem em média 25,9 ha, sendo que a maioria (21,3%) possui 20 ha. Apenas cinco lotes (5,6%) possuem mais que 30 ha. Esta divergência nos tamanhos deve-se às áreas de preservação permanente

que são muito mais extensas em alguns lotes, os quais são compensados em maior área total.

A área média plantada é de 9,9 ha, variando entre 0,5 e 27 ha entre os lotes. A área preservada varia de 0,5 e 15 ha, sendo em média 4,6 ha por lote. A área preservada, na maioria dos lotes (19,4%), é de 2 ha, variando de 0,5 a 15 ha nos demais lotes. A área da sede de cada lote tem em média 1,9 ha, variando de 0,5 a 2 ha, sendo que a maioria (67,5%) tem até 0,5 ha.

Em 34,8% dos lotes há nascente ou córrego. A área de preservação permanente (APP) está presente em 44,2% dos lotes. Quanto à reserva legal, está presente em 55,2% dos lotes, sendo que 44,8% não possuem reserva legal. A maioria não soube responder a porcentagem em relação à área necessária. Dos que responderam, a área média preservada variou de 1% a 40%, ficando em média 17,6 ha, sendo que a maioria disse preservar 20% do lote. Para recuperar a reserva legal, a maioria planta árvores.

As atividades produtivas para geração de renda no assentamento são pouco diversificadas, destacando-se, conforme Figura 1, a criação de gado leiteiro (66%), gado de corte (14,5%), lavoura de soja/milho (5,6%), lavoura de mandioca (4,5%) e o cultivo de eucalipto (4,5%), uma atividade recente em expansão. A necessidade de maior diversificação produtiva também foi detectada no estudo de Santos (2009), que destaca a eficiência produtiva para elevar a renda média e reduzir o êxodo rural.

As demais rendas (4,9%) são compostas: da venda de novilhos (1,2%), frangos (1,1%), porcos (1,1%) e ovos, queijo, doces, mel, pães e artesanato (1,5%), que são vendidos conforme a necessidade.

Muitos cultivos ou criações são apenas para o consumo familiar, como no caso da criação de frangos e porcos, o cultivo de horta e pomar, produção de ovos e o plantio de mandioca e cana-de-açúcar (esta última, especificamente, para alimentação do gado). Nesta ótica, Bittencourt (2008) e Silva (2011) observam o dilema enfrentado, nos assentamentos, a fim de converter seus

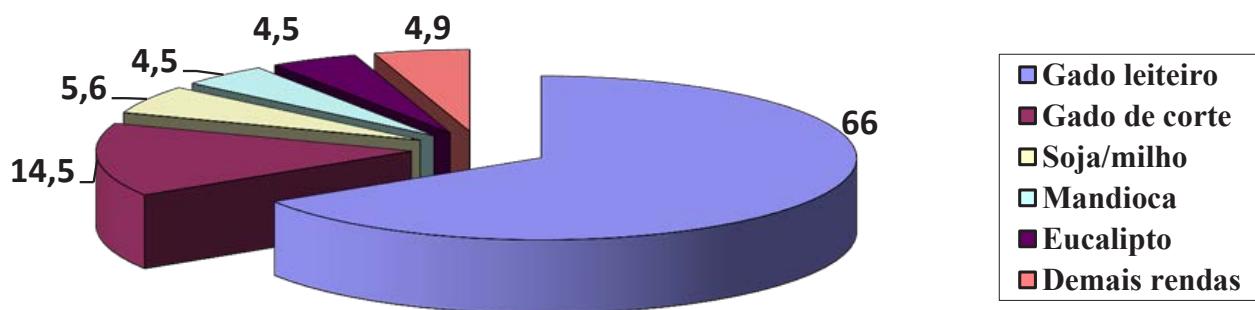


Figura 1 – Representatividade das principais atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias no assentamento Lagoa Grande

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

sistemas de produção e torná-los viáveis para o auto-consumo e a geração de renda.

Consider-se, ainda, que foi de grande dificuldade para os entrevistados responder o quanto produzem, o custo da produção e a renda obtida anualmente. E, principalmente, o custo dessa produção pelos produtores de leite, devido à oscilação na oferta do produto e à consequente variação do preço, no mercado, durante o ano. Neste ponto, observa-se a importância e a necessidade de gestão da propriedade, pautada nos enfoques de Crevelin e Scalco (2007).

Entre as atividades produtivas desenvolvidas no assentamento, conforme Tabela 1, destacou-se a produção de leite, com média diária variando entre 10 a 150 litros/dia. Em média, os produtores possuem 21 cabeças de gado leiteiro, que em sua maioria (19,4%) produziram 50 litros/dia. A produtividade por vaca varia de 0,3 a 5 litros/dia, sendo mais frequente de 2 a 3 litros/dia por vaca e, em 13,3%, a média produtiva foi de 2 litros/dia por animal, dado que representa baixíssima produtividade.

Entre as atividades produtivas, a lavoura de mandioca foi a que proporcionou melhor renda, conforme os dados da pesquisa, sendo fonte principal de geração de renda de apenas três produtores entrevistados, que a cultivam em áreas entre 15 e 19 ha e obtiveram a média produtiva de 80.712 kg ao ano. A renda gerada foi de R\$ 31.477,68, com base no preço médio de R\$ 0,39 por Kg. O custo de produção ficou em R\$ 0,26 por kg ou 66,7% da receita bruta (Tabela 12).

O cultivo de eucalipto para venda de madeira é uma fonte de renda, em processo inicial, que vem crescendo no assentamento. A maioria das plantações ocupa, em média, 6,3 hectares, variando de 1 a 20 ha e ainda não chegaram ao final do ciclo produtivo (5 anos). A produção

média é estimada em 200 m³ por hectare, com renda de R\$ 40,00 por metro cúbico.

Uma atividade que vem ganhando destaque é a produção de doces e licores de frutos do cerrado. Atividade essa que surgiu a partir de projetos da Faculdade de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), visando a conservação do bioma cerrado no assentamento. Em fevereiro de 2012, cinco famílias apoiadas por professores e alunos da UFGD se juntaram para montar uma associação, a qual entrou em funcionamento no fim do ano e denomina-se 'Associação sabores do cerrado do assentamento Lagoa Grande em Itahum- MS'. Estes assentados produzem doces e licores a base de frutos do cerrado, que são coletados em plantas nativas de áreas protegidas em seus lotes. A comercialização é feita através da economia solidária no campus da UFGD e em eventos e feiras da agricultura familiar, dentro e fora do estado. A maioria dos participantes da associação segue os princípios da produção agroecológica. São alternativas de sobrevivência, fundamentadas por Lazzaretti (2003), que geram rendas extras, necessárias para suprir as necessidades familiares, conforme abordam Guanziroli *et al.* (2001) e Silva (2002).

Quanto ao entendimento sobre sistema agroflorestal, a maioria (65,7%) disse não saber do que se tratava. As demais respostas e percentuais são apresentados na Figura 2. Dos entrevistados, 59,0% disseram ter produção orgânica no lote, sendo que, na sua maioria, esta produção é composta de horta, pomar, mandioca e cana-de-açúcar. Apenas dois produtores (2,2%) se declararam totalmente orgânicos.

Entre os assentados que realizam produção orgânica, os principais motivos da adoção do sistema são: para ter mais saúde, por ser bom para a saúde e para o meio

Tabela 1 – Principais atividades agropecuárias produtivas geradoras de renda nos lotes do assentamento Lagoa Grande (valores médios anuais)

Culturas/Animais	Área ou quantidade	Produção Anual	Renda Bruta Anual	Custo de Produção Anual	Renda Líquida Anual	Renda Líquida Mensal
Gado leiteiro	21 cabeças	16.243 litros	9.745,80	2.436,45 (25,0%)	7.309,35	609,11
Gado de corte	46 cabeças	12 cabeças	12.000,00	2.040,00 (17,0%)	9.960,00	830,00
Milho	16,7 ha	835 sacas	10.020,00	2.505,00 (25,0%)	7.515,00	626,25
Soja		410 sacas	16.400,00	6.560,00 (40,0%)	9.840,00	820,00
Mandioca	17,7 ha	80.712 kg	31.477,68	20.985,12 (66,7%)	10.492,56	874,38
Eucalipto	6,3 ha	1.260 m ³	50.400,00*	18.900,00 (37,5%)	6.300,00	525,00

Fonte: Dados da pesquisa.

* Renda obtida após cinco anos (ciclo produtivo).

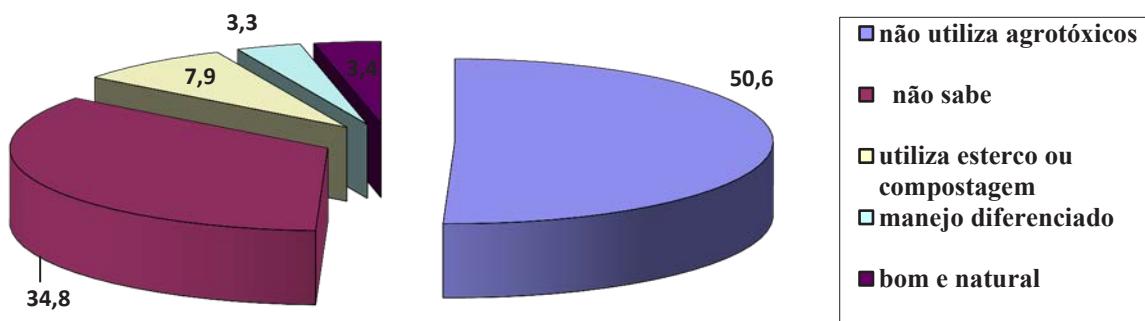


Figura 2 – Entendimento sobre o sistema orgânico de produção pelos moradores do assentamento Lagoa Grande
Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

ambiente, por ter menor custo de produção e para utilizar o esterco do gado. Entre os que não adotam o sistema, os motivos são: requer muitos cuidados, necessita de bastante água e no lote é escassa, por falta de conhecimento e porque tentou utilizar o sistema e não deu certo.

Quanto à certificação da produção orgânica, apenas um assentado estava em processo de certificação, pela certificadora fomentada pelo SEBRAE, e apenas um afirmou interesse em certificar a sua produção. Questionados sobre o interesse pela produção orgânica, 54,8% disseram ter interesse e 45,2% responderam que não. A maioria dos entrevistados (75,0%) disse não ter incentivo para a produção orgânica no assentamento, contra 25,0% que responderam positivamente. Para estes, o incentivo vem principalmente das instituições (AGRAER, UFGD, SEBRAE e EMBRAPA) e dos consumidores.

Observa-se que, apesar de muitos assentados não saberem responder do que se trata a produção orgânica, a maioria tem culturas e/ou criações orgânicas em seus lotes, tanto para consumo familiar quanto para venda. Fato que também ocorre com os sistemas agroflorestais, onde a maioria não sabe do que se trata, mas em muitos lotes constatou-se a presença de quintal agroflorestal.

Quanto ao entendimento sobre sistema agroflorestal, a maioria (65,7%) disse não saber do que se tratava. As demais respostas e percentuais são apresentados na Figura 3.

Entre os que conheciam o sistema agroflorestal, 55,6% disseram possuir sistema agroflorestal, do tipo 'quintal agroflorestal', os quais são motivados pelos princípios da agroecologia, saúde e qualidade da produção. A área varia de 0,5 a 20 ha, sendo que 50,0% disseram que pretendem ampliar sua área pelos seguintes motivos: qualidade e aproveitamento da área, aumento do lucro e preservação da natureza. Apenas um assentado possui a área toda do lote em sistema agroflorestal.

No que diz respeito à comercialização, os produtos com maior aceitação no mercado e os locais onde são comercializados, de acordo com os produtores do assentamento Lagoa Grande, constam na Tabela 2. Destaca-se que 6,7% das famílias entrevistadas não comercializam nenhum produto oriundo do lote, os quais servem apenas para consumo da família ou dos animais.

A produção de leite é comercializada em dois laticínios da cidade de Dourados. A coleta do produto é realizada nos quatro refrigeradores comunitários distribuídos no assentamento. A comercialização do gado de corte é realizada com frigoríficos, açougue em Itahum e, também, diretamente no lote entre os assentados. A produção de queijo (tradicional ou mussarela) é comercializada na vila (Itahum), em Dourados (em residências, bares e lanchonetes) e, também, no lote, vendendo diretamente às pessoas que procuram, como: parentes, conhecidos e vizinhos (Tabela 2).

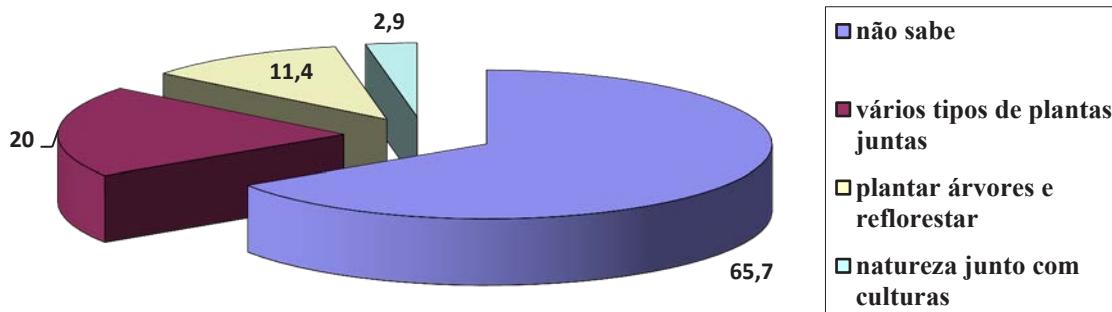


Figura 3 – Entendimento sobre o sistema agroflorestal pelos moradores do assentamento Lagoa Grande
Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

Tabela 2 – Produtos do assentamento Lagoa Grande com maior aceitação no mercado e locais de comercialização

Produto	Percentual de participação (%)	Local de comercialização
Nenhum	6,7	Somente consumo familiar
Leite	43,8	Laticínios de Dourados
Gado de corte	14,6	Frigorífico, açougue e venda no lote
Queijo	7,8	Itahum, Dourados e no lote
Eucalipto	5,6	Intermediário
Milho/Soja	5,0	Armazém ou cooperativa em Itahum
Novilhos	3,3	Propriedade e vizinhos
Doces de leite e frutas	3,3	UFGD, eventos e no lote
Mandioca	2,2	Supermercado em Itahum
Mel	2,2	UFGD, eventos e propriedade
Pão	2,2	Itahum, Dourados e UFGD
Artesanato	2,2	UFGD, eventos e propriedade
Frangos	1,1	Propriedade e vizinhos

Fonte: Dados da pesquisa.

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) é um local muito importante para a comercialização de produtos do assentamento (alimentícios e artesanato), onde algumas famílias se revezam todos os dias nas suas barracas, próximo ao estacionamento da UFGD, para comercializar a produção com o público da Cidade Universitária, composta pela Universidade Federal e a Estadual.

O escoamento da produção é feito de diversas formas, sendo que a maioria utiliza moto (25,9%), seguido de carro (18,5%), venda direta no lote (18,5%), caminhão de frigorífico ou armazém (14,8%), carroça (11,1%), ônibus (6,2%), resfriador instalado no lote (3,7%) e bicicleta (1,2%). A produção é armazenada, principalmente, nos resfriadores (63,1%). No caso do leite, 24,6% no lote e 12,3% em armazém ou depósito.

Entre os entrevistados, 24,1% beneficiam a produção no lote, sendo os principais produtos: queijo tradicional, queijo mussarela, doces (leite e frutas), licores, pães e bolachas.

Na Tabela 3 são apresentados os principais fatores que seriam necessários na visão dos moradores do assentamento, para melhorar a produção nos lotes, para a agregação de valor aos produtos e para facilitar a comercialização. Verifica-se, conforme os dados, que em sua maioria os fatores estão interligados e giram em torno da produção de gado leiteiro (atividade principal no assentamento).

Neste sentido, para melhoria da produção, destaca-

ca-se a adubação e a reforma de pastagem (44,8%) e a correção do solo e maquinários (15,6%). A maioria dos assentados relataram que o solo do assentamento é fraco e que, para torná-lo adequadamente produtivo, são necessários investimentos para correção, maquinário (principalmente trator) e novas variedades de pastagens. A baixa qualidade do solo nos assentamentos, do estado de mato Grosso do Sul, é destacada nos estudos de Lamas *et al.* (2000) e Menegat (2009).

Entre os fatores que facilitariam a comercialização, destacam-se a melhoria do preço do leite, com 15,0%, a melhoria do transporte, também com 15,0% e a participação no PNAE, com 10,0%. Os assentados que dependem de transporte público, no assentamento, para escoar sua produção, têm a opção de usá-lo apenas três vezes na semana, desde que não esteja chovendo, pois, neste caso, o ônibus não transita nas estradas do assentamento, fato muito prejudicial para a comercialização da produção para alguns assentados.

Quanto ao valor pago pelo litro de leite pelos laticínios, este oscila bastante durante o ano, ficando em valores muito baixos em determinados períodos. Alguns assentados relataram que uma associação ou cooperativa organizada poderia ter mais poder de barganha para negociar o preço do leite com os laticínios e que a instalação de uma agroindústria de beneficiamento do leite no assentamento poderia amenizar este problema. A participação no PNAE também poderia trazer mais segurança aos produtores de leite, já que nesta moda-

Tabela 3 – Fatores necessários para melhorar a produção dos lotes, facilitar a comercialização e a agregação de valor aos produtos no assentamento Lagoa Grande (valores em percentuais)

Melhorar a produção		Facilitar a comercialização		Agregação de valor aos produtos	
Respostas	(%)	Respostas	(%)	Respostas	(%)
Adubação e reforma de pastagem	44,8	Melhorar o preço do leite	15,0	Preço do leite ser tabelado	26,3
Correção do solo e maquinários	15,6	Melhorar transporte	15,0	Ter uma cozinha industrial equipada	15,7
Financiamentos para correção do solo	8,6	Participação no PNAE	10,0	Beneficiamento do leite no assentamento (laticínio)	10,5
Renda para investimentos	8,6	Formação de associação ou cooperativa	5,0	Melhorar o preço da arroba do gado	5,3
Correção do solo	6,9	Beneficiamento do leite	5,0	Melhorar a produção de leite com melhor pastagem	5,3
Melhorar a qualidade da pastagem e a genética dos animais	6,9	Levar produção de leite em outro resfriador (período de seca)	5,0	Melhorar preço do governo	5,3
Melhorar preço do leite	5,2	Incentivo do governo	5,0	Investimento em genética do gado de corte	5,3
Produção está boa	3,4	Comercialização está boa	40,0	Está bom	26,3

Fonte: Dados da pesquisa.

lidade o preço é fixo e melhor remunerado. O PNAE estimula a economia local, possibilita a diversificação produtiva, o aumento de renda e amplia as alternativas de comercialização (Hendges, 2010).

Neste contexto, entre os fatores que poderiam agregar valor aos produtos do assentamento, na opinião dos assentados, destacam-se: o tabelamento do preço do leite, com 26,3%, a possibilidade de ter uma cozinha industrial, com 15,7% e o beneficiamento do leite no assentamento, com 10,5%. Estes fatores, aliados a um sistema de transporte adequado, poderiam melhorar o preço pago pelo leite e, consequentemente, a sua comercialização. E, ainda, o investimento na correção do solo, variedades de pastagens adaptadas ao solo e genética dos animais, interferem diretamente na qualidade do leite, agregando valor a este produto e a seus derivados.

Questionados quanto à participação em venda pública para o Ministério do Desenvolvimento Agrário ou para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, apenas 8,2% já participaram de algum programa, no período entre 2008 a 2010. Destes, 50,0% participaram do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE com a venda de leite, doces, queijos e mandioca, e 50% do Programa de Aquisição de Alimentos, com a venda de leite.

3.3 Fontes de renda dos assentados

As fontes de renda da população do assentamento Lagoa Grande são compostas da renda do lote e da

renda complementar (Tabela 4). A maioria dos entrevistados (41,6%) obtém renda do lote inferior a um salário mínimo, que na época da entrevista estava em R\$ 622,00. Apenas 6,7% obtém renda do lote superior a três salários mínimos.

A renda complementar faz parte de 75,3% das famílias do assentamento, que, em 34,3% dos casos, gira em torno de um salário mínimo, sendo a aposentadoria a principal fonte de renda complementar em 38,8% das famílias e, em alguns casos, é a única fonte de renda, já que muitos aposentados, que residem no assentamento, só desenvolvem atividades produtivas para subsistência.

Destacam-se, ainda, como fontes de renda complementar, o salário mensal, obtido com atividades fora da propriedade (com 16,4%), o trabalho de diarista (com 13,4%), realizado na maioria dos casos no próprio assentamento e o recebimento de pensão (por 11,9% dos assentados). Entre os assentados entrevistados no assentamento Lagoa Grande, 25,8% dos chefes de família, ou responsáveis, trabalham fora do lote e 74,2% dedicam-se somente às atividades no lote.

De acordo com a Tabela 5, dos assentados que trabalham fora, a maioria (39,1%) possui renda entre um e dois salários mínimos, que também se destaca entre os que trabalham somente no lote, com 51,5%. O alto grau de dependência de aposentadorias e pensões também foi detectado por Almeida (2008), em pesquisa realizada em outros seis assentamentos de Mato Grosso do Sul.

Tabela 4 – Fonte de renda mensal das famílias do assentamento Lagoa Grande
(salário mínimo em vigor: R\$ 622,00)

Nº de salários mínimos	Renda do lote		Renda complementar		Renda Total	
	Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)
Menos de 1 SM	37	41,6	17	25,4	7	7,9
1 SM	14	15,7	23	34,3	7	7,9
De 1 a 2 SM	25	28,1	20	29,9	43	48,3
De 2 a 3 SM	7	7,9	5	7,5	20	22,5
Mais de 3 SM	6	6,7	2	3,0	12	13,5
Total	89	100,0	67	100,0	89	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 5 – Fontes de renda complementar das famílias do assentamento Lagoa Grande

Tipo de renda	Frequência	Percentual (%)
Salário mensal	11	16,4
Aposentadoria	26	38,8
Pensão	8	11,9
Diarista	9	13,4
Comércio	1	1,5
Aluguel	1	1,5
Bolsa família	7	10,4
Outra bolsa	2	3,0
Autônomo	2	3,0
Total	67	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

4 Conclusões

As atividades produtivas, apesar de serem diversificadas no assentamento como um todo, na maioria dos lotes a renda gira em torno de uma ou duas atividades produtivas e de algumas atividades de produção apenas para o consumo familiar, como a criação de galinhas e porcos, produção de ovos, hortaliças, frutas e mandioca. Esta produção para subsistência é mais acentuada nos

lotes de famílias de casais aposentados.

Constatou-se que é urgente a correção do solo e a reforma das pastagens, a fim de proporcionar produção satisfatória, bem como a melhoria das condições de transporte. Destaca-se, ainda, que a participação em programas como PAA e PNAE seria de grande incentivo à diversificação das atividades produtivas e à melhoria da produtividade e, consequentemente, da renda dos assentados. A falta de conhecimento desses programas, por um grande número de assentados, é uma barreira

que necessita ser ultrapassada.

Merece destaque, também, o fato de um grande número de assentados não terem noção do custo e da rentabilidade de suas atividades produtivas. Esta precariedade na gestão de seus lotes prejudica-os, tanto na obtenção de renda nas atividades desenvolvidas, como para o início de novas atividades agropecuárias, visando à diversificação de fontes de renda.

A baixa renda obtida nos lotes, pela maioria dos assentados, é outra grande preocupação para o futuro desta população. Este fato leva muitas famílias a adotarem estratégias para não abandonarem seus lotes, como a prestação de serviços em outros lotes, fazendas da região ou até nas cidades vizinhas. Estas estratégias compõem a renda complementar, cuja maior parcela é de aposentadoria, haja vista a representatividade de pessoas aposentadas que residem no assentamento.

A falta de assistência técnica adequada, pela agência de extensão rural do estado, é também uma das grandes reclamações dos assentados, seria de grande utilidade para a melhoria das condições de vida dos assentados. Destaca-se, também, que a população do assentamento Lagoa Grande tem muita carência de informações, principalmente de programas sociais e de alternativas geradoras de renda, como a piscicultura, a produção orgânica, os sistemas agroflorestais e a agroecologia (muito importante para a preservação das áreas de cerrado ainda presentes no assentamento).

Uma postura estratégica para os assentados refere-se à diversificação da produção nos lotes, tanto em cultivos como em criações, aliados à conservação e melhoria ambiental, além da agregação de valor à produção, pois a pesquisa identificou que as melhores rendas no assentamento foram obtidas por famílias que adotaram essa postura.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) pelo apoio financeiro recebido.

À Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do estado de Mato Grosso do Sul (AGRAER) e ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Escritório Regional de Dourados - MS pela colaboração no fornecimento de informações e pelo acesso a documentos da reforma agrária e do assentamento Lagoa Grande.

Referências

Almeida, R. A. (2008). "Reforma Agrária e produção de autoconsumo em assentamentos rurais no município de Santa Rita do Pardo/MS". *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: Ed. UFMS, 347 p.

Andrade, T. (1998). "Construindo o futuro: política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados". *Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Cadernos ITESP* - n. 10, São Paulo.

Barbieri, J. C. (2011). Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. 12 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 159 p.

Bergamasco, S. M. e Norder, L. A. C. (1996). *O que são assentamentos rurais*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 87 p.

Bittencourt, A. G. et al. (1998). "Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil". Guanziroli, C. (coord.). Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília (on-line). Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=67> (acesso em: 7 Janeiro 2013).

Brasil (2011). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! 1.ed. Brasília, DF: MDS (on-line). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/Biblioteca/secretaria-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sesan/livros>> (acesso em: 20 setembro 2011).

Brasil (2012a). Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (on-line). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/111326.htm> (acesso em: 06 fevereiro 2012).

Brasil (2012b). Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. Sistema educacional online. Banco de Leis. Disponível em: <<http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?idmodelo=2334>> (acesso em: 27 abril 2012).

Carmo, M. S. e Comitre, V. (2011). "A visão sistêmica na avaliação sócio-ambiental de assentamentos rurais". In.: Bergamasco, S. M. P. P.; Oliveira, J. T. A. e Esquerdo, V. F. S. Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, p. 435-452.

Castro, K. N. C. et al (2010). Características da pecuária leiteira no assentamento Fazenda Nova Lagoa Grande, em Dourados, MS. Embrapa

Agropecuária Oeste, Dourados, MS, 44p. (Embrapa Agropecuária Oeste, Documentos, 106).

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2012). Produtos e Serviços. Agricultura Familiar (on-line). Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>> (acesso em: 15 março 2012).

Crevelin, S. A. e Scalco, A. R. (2007). Projeto “Agricultura familiar gado de leite: melhorias ocorridas em uma propriedade familiar no município de Tupã”. In: Congresso da SOBER: Conhecimentos para a agricultura do futuro.45 Anais...Londrina, PR.

Organização das nações unidas para a alimentação e agricultura – FAO (2012). Representação da FAO no Brasil. O aumento populacional e os desafios da segurança alimentar. FAO debate produção e demanda mundial por alimentos no Fórum Sebrae de Conhecimento. Brasília. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/apdsa.asp>> (acesso em: 01 fevereiro 2013).

Fuscaldi, K. C. (2010). Políticas de apoio à agricultura familiar: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). Sociedade e Desenvolvimento Rural Online, Brasília, DF, v.4, n. 1. Disponível em: <www.inagrodf.com.br/revista> (acesso em: 05 agosto 2012).

Guanziroli, C. et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. FAO/MDA. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

Guilhoto, J. J. et al. (2005). Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul. Estudos NEAD (on-line). Brasília: MDA, 2005. 44 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca>> (acesso em: 15 junho 2012).

Hendges, A. S. (2010). Agricultura familiar e o programa nacional de alimentação escolar (PNAE). Eco Debate (on-line). Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/08/30/agricultura-familiar-e-o-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae-artigo-de-antonio-silvio-hendges/>> (acesso em: 07 julho 2012).

Instituto de Colonização e Reforma Agrária- INCRA (2011). Portaria nº 52 de 06 de novembro de 1997. Cópia do Documento. Serviço Público Federal, Dourados, MS.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA (2012). Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT-SIPRA. Implantação de Projetos. Área incorporada ao programa de reforma agrária (on-line). Disponível em: <<http://www.INCRA.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>> (acesso em: 12 abril 2012).

Lamas, F. M. et al.(2000). Diagnóstico dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul. Dourados, MS: Embrapa Agropecuária Oeste. 32 p. (Embrapa Agropecuária Oeste, Documentos 18).

Lazzaretti, M. A. (2003). Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais. Cascavel: Edunioeste, 2003. 150 p.

Leite, S. P. (2007). A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barracough, Furtado, Hirschman e Sen. Boletim de Ciências Econômicas (on-line), Coimbra, v. XLX, p.3-38. Disponível em: <<http://www.centrocelsfurtado.org.br/>> (acesso em: 18 junho 2011).

Lima Filho, S. C. de. (2011). Capital social e desenvolvimento sustentável: a experiência de Campo Brito (SE). Documentos Técnico-Científicos. Revista Econômica do Nordeste – REN, Natal, RN, v. 42, n.1, 2011.

Manzanal, M. e Schneider, S. (2011). Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios. UBA: Argentina, n. 34.

Mattei, L. (2005). Impactos do PRONAF: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural-NEAD, 135 p.

Menegat, A. S. (2009). No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia. As contradições entre os projetos do estado e dos assentados no assentamento Taquaral, MS. Dourados: UEMS/UFGD, 196 p.

Santos, A. N. (2009). Assentamento rural e agricultura: os acertos, impasses e perspectivas no P. A. Corona, Ponta Porã (MS). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sen, A. (2000). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia.das Letras, 409 p.

Silva, J. G. da. (2002). *O novo rural brasileiro*. 2 ed. Campinas, SP: Unicamp – IE (Coleção Pesquisas, 1). 151 p.

Silva, R. P. (2011). Modo de produção - assentamentos rurais. Reforma agrária em debate (on-line). Disponível em: <<http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2011/01/modo-de-producao-assentamentos-rurais.html>> (acesso em: 13 outubro 2012).

Souza, N. J. (2009). *Desenvolvimento econômico*. 5.ed. rev. São Paulo:Atlas, 2009.313 p.

Souza, P. M. et al. (2011). Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. Documentos Técnicos-Científicos. Revista Econômica do Nordeste – REN, Natal, RN. v. 42, n. 1, 219 p.

Tarsitano, M. A. A. et al. (2011). “Caracterização das ações de assistência técnica e extensão rural no assentamento Timboré (SP)”. In: Bergamasco, S. M. P. P. et al. (Orgs.). *Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes*. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, p. 167-186.

Valadares, A. A. et al. (2011). “O rural na PNAD 2008”. In: CASTRO, J. A. e VAZ, F. M. (Orgs.). *Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida*. Brasília: IPEA, 283 p.

Vieira, S. (2009). *Elementos de estatística*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 162 p.

Vilpoux, O. F. e Oliveira, M. A. C. de. (2011). “Governanças na agricultura familiar: mercados, contratos, redes e cooperativismo”. In: Vilpoux, O. F. (Org.). *Sustentabilidade na agricultura familiar*. Curitiba: CRV, 289p.